



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº12 | SETEMBRO 2020 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

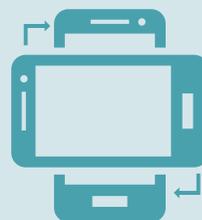
Bem-vindos ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que ampliar as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Acesso limitado ou inexistente à internet pode inviabilizar a participação de comunidades tradicionais e povos indígenas em audiência pública virtual para licenciamento da BR-319

8 Interior em Foco

- Um anjo em Realidade

10 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

17 Fórum da BR-319

- Nota Técnica da FGV apresenta parâmetros para garantir direitos de povos indígenas e populações tradicionais em obras de infraestrutura na Amazônia

19 Ciência

- Insetos vetores como indicadores ambientais

21 Calendário



Editorial

O Observatório da BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

O processo de licenciamento ambiental da BR-319 avançou e foi aberto o prazo de 45 dias para solicitação da audiência pública. No Destaque do Mês você conhecerá a opinião de quem vive na região sobre a possibilidade dessas audiências serem realizadas virtualmente por conta da pandemia do Covid-19.

Contrapondo às adversidades vivenciadas pela população local, Interior em Foco relata uma pequena parcela da vida missionária da Irmã Socorro, que consegue levar carinho e esperança principalmente a mulheres e crianças do distrito de Realidade, em Humaitá.

Esse mês, há novidades na seção Monitoramentos. É que monitoramos focos de calor e desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319, em 42 unidades de conservação e 69 Terras Indígenas, de janeiro de 2010 a agosto de 2020. Os números não confortam, ao contrário, percebemos que a degradação da região da BR-319 continua aumentando.

Em Ciência, aprendemos com o pesquisador Genimar R. Julião que insetos vetores, como o mosquito da Dengue e o transmissor da Doença de Chagas também podem ser usados para caracterizar as condições ambientais de uma região.

Já a seção Fórum da BR-319, que continua com as reuniões suspensas por causa da pandemia do Covid-19, disponibiliza acesso à



OS NÚMEROS NÃO CONFORTAM, AO CONTRÁRIO, PERCEBEMOS QUE A DEGRADAÇÃO DA REGIÃO DA BR-319 CONTINUA AUMENTANDO



importante Nota Técnica produzida pela Fundação Getúlio Vargas com parâmetros para a garantia dos direitos de povos indígenas e populações tradicionais em obras de infraestrutura na Amazônia.

E na última seção do informativo, você poderá acessar vídeos produzidos pelo IDESAM, em 2019, com histórias de pessoas que moram em diferentes localidades ao longo da estrada. Vale a pena conferir.

Acesse os links disponibilizados por todo o informativo para conhecer mais sobre os assuntos abordados!

Boa leitura !

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório da BR-319



Destaque do Mês



Acesso limitado ou inexistente à internet pode inviabilizar a participação de comunidades tradicionais e povos indígenas em audiência pública virtual para licenciamento da BR-319

Há cerca de um mês, o líder indígena Waldimiro Farias da Silva Apurinã participou de sua primeira *live* para falar sobre a luta que trava pelos direitos de seu povo. Conseguiu, porque reside com a família em Tapauá, um dos municípios da BR-319, onde exerce a função de coordenador executivo da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP).

Sem intimidade com as novas tecnologias, pediu ajuda a um amigo da FUNAI para acessar a plataforma do encontro, mas garantiu que sem o auxílio, certamente, perderia a oportunidade. “Nas aldeias, não temos acesso à internet. Ela ainda é totalmente desconhecida para muitos dos nossos parentes”, afirmou o líder.

Atento ao processo de licenciamento ambiental da BR-319,



Waldimiro já conhecia o [Edital 01](#), do IBAMA, publicado no dia 21 de setembro de 2020, informando a abertura do prazo de 45 dias para solicitação de audiência pública, a partir da publicação, confor-

me determina a [Resolução CONAMA 009/1987](#). Entretanto, não lhe agrada a possibilidade dela ser virtual, como autoriza a [Resolução CONAMA 494/2020](#), publicada em 12 de agosto de 2020, enquanto perdurar a situação de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19. “Isso não vai dar certo. Só eu que uso internet, porque estou na cidade. Outras lideranças têm que participar também para apresentarem ao governo e ao DNIT os problemas que já estão sendo sentidos com as obras na estrada”, ressaltou o indígena.

Da mesma opinião de Waldimiro, compartilha Sílvia Elena Moreira Batista, diretora de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS). Ela acredita que a audiência pública pode ser a última chance para que povos indígenas e populações tradicionais afetados direta ou indiretamente com as obras da BR-319 se manifestem sobre seus reais anseios e apresentem ao governo e empreendedor os impactos que, mesmo antes da pavimentação da rodovia, se alastram pelo território. “É de suma importância que os comunitários sejam ouvidos. Espero que a opinião dos nossos extrativistas seja levada em consideração”, disse Sílvia.

Ela ressaltou também que a facilidade de acesso pela BR-319 tem contribuído para o aumento de invasores e de atividades ilícitas na região. “Sabemos que a pavimentação da rodovia poderá contribuir para o escoamento da produção local, mas se os impactos da obra não forem controlados, nós vamos perder ainda muito mais”, lamentou.

A advogada e coordenadora do Programa Xingu, do Instituto Sociambiental (ISA), Biviany Rojas Garzón avalia que a alternativa de realização de consultas públicas virtuais atende a uma pressa que

Foto: Divulgação / Idesam



vem apenas do governo. “Esse mecanismo de comunicação está longe de respeitar os procedimentos estabelecidos em protocolos de consulta, nos quais um dos elementos comuns está relacionado à presença dos representantes dos governos em Terras Indígenas”, garantiu Biviany.

SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA

A solicitação de audiência pública, etapa importante do processo de licenciamento ambiental da BR-319, poderá ser feita ao IBAMA por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 ou mais cidadãos, até o dia 5 de novembro: prazo de 45 dias contados a partir da publicação do [Edital 01/2020](#), do IBAMA, no dia 21 de setembro de 2020. Ela poderá ser protocolada em qualquer unidade do IBAMA listadas no site do instituto: <https://www.ibama.gov.br/institucional>.

O Edital também informa que o EIA e o RIMA do empreendimento 'BR-319 Trecho Porto Velho-Manaus: restauração e melhorias' foram disponibilizados para consultas em: <https://bit.ly/2G-gQN56> e nas Prefeituras e Câmaras Municipais de Beruri, Borba, Humaitá, Manaus, Manicoré, Tapauá, Canutama e Porto Velho; nas Prefeituras Municipais de Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Manaquiri e Iranduba; Procuradoria da República no Estado do Amazonas; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia; Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas; Superintendência do Ibama no Amazonas; Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais do IBAMA

(CENIMA), Brasília/DF; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Brasília/DF.

No Edital não constam os municípios de Autazes e Lábrea.

Conforme a [Resolução CONAMA 009/1987](#), “em função da localização geográfica dos solicitantes, e da complexidade do tema, poderá haver mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto de respectivo RIMA”.

PONTO DE ACESSO VIRTUAL

A [Resolução CONAMA 494/2020](#) estabelece, em caráter excepcional e temporário, nos casos de licenciamento ambiental, a possibilidade de realização de audiência pública de forma remota, por meio da internet, durante o período da pandemia do Covid-19.

O IBAMA definirá os procedimentos técnicos relativos à audiência pública virtual, observando os seguintes passos:

- Ampla divulgação e disponibilização do conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA;
- Viabilização, observada a segurança sanitária dos participantes, de ao menos um ponto de acesso virtual aos diretamente impactos pelo empreendimento e, caso se faça necessário, de outros pontos, conforme análise do caso pela autoridade licenciadora;
- Discussão do RIMA;
- Esclarecimento das dúvidas;
- Recebimento das críticas e sugestões dos participantes.

AUDIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PÚBLICAS VIRTUAIS DEVEM SEGUIR PROCEDIMENTOS DETERMINADOS PELO IBAMA

Em atenção à [Resolução Conama nº 494/2020](#), a Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA editou o [Procedimento Operacional Padrão nº 6/2020](#), definindo os conceitos de participação pública virtual e de audiência pública virtual. É assegurado o acompanhamento das apresentações do RIMA e do projeto e o recebimento de documentos por diferentes plataformas de mensagens. Os interessados poderão formular críticas, sugestões e perguntas através dos canais digitais disponíveis durante a audiência ou por *e-mail* institucional específico criado para o evento pelo prazo de até 20 dias após a realização da audiência. O empreendedor terá prazo de 48 horas para repassar ao IBAMA as contribuições e questionamentos registrados em suas plataformas digitais. Caso algum questionamento não possa ser respondido durante a transmissão da audiência, o IBAMA deverá encaminhar uma resposta em até 20 dias.

Fonte: [Cescon Barriue Insights](#)



PARTICIPAÇÃO LIMITADA

- Audiências remotas limitam participação indígena no processo de licenciamento



Interior em Foco



Um anjo em Realidade

Desde muito jovem, ainda em sua cidade natal, Exu, Pernambuco, Maria do Socorro Bernardo da Silva tinha a convicção de que sua missão em vida passava pela servidão e cuidado aos menos favorecidos. Há três anos, ela chegou em Realidade, no município de Humaitá/AM, onde coordena o Projeto Missionário do Distrito de Realidade e tem contribuído para levar aconchego e acolhimento à população local.

Incentivada pelo pai, aos 20 anos de idade ingressou no Instituto Religioso Irmãs Medianeiras da Paz, onde se consagrou à missão. Lá, decidiu cursar a faculdade de Psicologia, em Recife. “Minha busca sempre esteve voltada à área do conhecimento da formação humana”, garantiu Irmã Socorro.

Em 2017, ela foi enviada ao Amazonas, para evangelização e catequese. Apesar dos desafios locais a serem enfrentados em Realidade, a religiosa não desanimou. Localizado às margens da BR-319, o distrito fica a 100 km da sede de Humaitá. Com mais de cinco mil habitantes, o território sofre com falta de saneamento básico, educação de qualidade, sistema de saúde precário e queda constante de energia elétrica, além de aumento da violência, queimadas e desmatamento.



Momento celebrativo na comunidade.

“Aqui carecemos das necessidades básicas para o bem-estar do ser humano”, lamenta a missionária. Para contribuir na melhoria da qualidade de vida local, ela e mais duas missionárias trabalham juntas na Pastoral da Criança, coordenada pela Irmã Maria Edileuza de Lima e na Pastoral da Juventude, liderada pela Irmã Laisy Steffany Vieira Silva. Elas assistem diretamente a cerca de 35 famílias e 40 crianças de 0 a 6 anos de idade.

Para alguns moradores de Realidade, o trabalho das religiosas contribui para a renovação constante de energia para encarar as adversidades da vida. “Com elas, a gente se sente mais fortes para superar os problemas. A Irmã Socorro sempre tem uma palavra de carinho para todos que vão até ela”, afirmou

Luciene Alves da Silva, moradora de Realidade desde 2012, que contribuiu para a Pastoral da Criança.

“A Irmã Socorro é um ser humano maravilhoso, que faz esse trabalho no distrito de Realidade com muita entrega. Para além de ser uma missionária, que ampara e acolhe, ela é Psicóloga, o que representa um suporte muito importante localmente, sobretudo para as mulheres e crianças”, afirmou Dionéia Ferreira, articuladora da Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA) e pesquisadora local do Ces/FGV, que acompanha o trabalho desenvolvido pela irmã desde 2018.

Apesar dos problemas a serem enfrentados, Realidade oportuniza à missionária o desenvolvimento de ações em sua área de formação, como Psicóloga, e lhe impulsiona para a realização do sonho de se especializar em Psiquiatria. “Continuarei me dedicando aos carentes de vida e de instrução”, finalizou Irmã Socorro, com sorriso largo e fala mansa dos que nasceram para contribuir na construção de um mundo mais justo, humano e igualitário.



Pastoral da Criança, em Realidade.

Fotos: Maria do Socorro Bernardo da Silva / Arquivo



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19



Monitoramento de Focos de Calor

Em agosto de 2020, o estado do Amazonas bateu recorde mensal de número de focos de calor da série histórica analisada nesse informativo (janeiro de 2010 a agosto de 2020), com 8.030 focos. O número também foi grande nos 13 municípios da BR-319: 4.710 focos de calor. Em comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve uma redução de 9% no número de focos nos 13 municípios.

AGOSTO DE 2020 REGISTRA O SEGUNDO MAIOR NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS DA BR-319, ENTRE OS MESES DE AGOSTO DA SÉRIE HISTÓRICA

Apesar de ter sido o agosto com o maior número de focos dos municípios da BR-319, entre 2010 e 2020, agosto de 2019 teve dois municípios com recorde de detecção. Em agosto de 2020 foram seis municípios com recordes. A diferença entre agosto de 2019 e de 2020, é que, em 2019, os recordes foram em municípios que historicamente apresentam números altos de focos de calor nos meses secos (Lábrea e Porto Velho), enquanto que, em 2020, quatro dos recordes ocorreram em municípios que possuem historicamente poucas detecções de focos de calor (Beruri, Borba,



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



Focos de calor em agosto:

- 2019
- 2020

MUNICÍPIO COM MAIOR E MENOR NÚMERO DE FOCOS DE CALOR 2020

↑ PORTO VELHO 1.342 MANAUS 13 ↓

Manaquiri e Tapauá). Humaitá e Manicoré completam os municípios que bateram recorde em agosto de 2020.

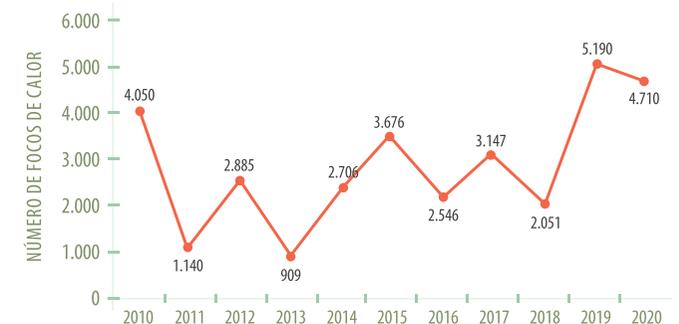
DOIS PARQUES NACIONAIS MONITORADOS APRESENTARAM FOCOS DE CALOR EM AGOSTO DE 2020

O número de Unidades de Conservação (UCs) que apresentaram focos de calor em agosto de 2020 foi o terceiro maior da série histórica, com 24 UCs apresentando focos de calor dentre as 42 monitoradas; o mesmo número de setembro de 2010. Esses dois meses só ficaram atrás de agosto de 2017, com 25 UCs, e agosto de 2010, com 27 UCs apresentando focos de calor.

A Reserva Extrativista Jaci-Paraná liderou o ranking de focos de calor nos 10 meses que apresentaram os maiores números de focos, dessa série de 11 anos.

Entre as 10 UCs que apresentaram os maiores números de focos de calor em agosto de 2020, duas pertencem à categoria de proteção integral: Parque Nacional dos Campos Amazônicos, com 38 focos detectados, e Parque Nacional Mapinguari, com 24 focos.

FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2020)





EM 11 ANOS, AGOSTO DE 2020 FOI O SEGUNDO MÊS COM MAIOR NÚMERO DE TERRAS INDÍGENAS COM FOCOS DE CALOR

Em relação às Terras Indígenas, os dados de incidência são ainda mais expressivos. Agosto de 2020 foi o segundo mês com o maior número de TIs com focos de calor, nesses 11 anos: foram 29 TIs com focos de calor, dentre as 69 monitoradas, ficando atrás somente de setembro de 2015, onde 37 TIs apresentaram focos de calor em seu interior.

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs)

42%
APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)

57%
APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS

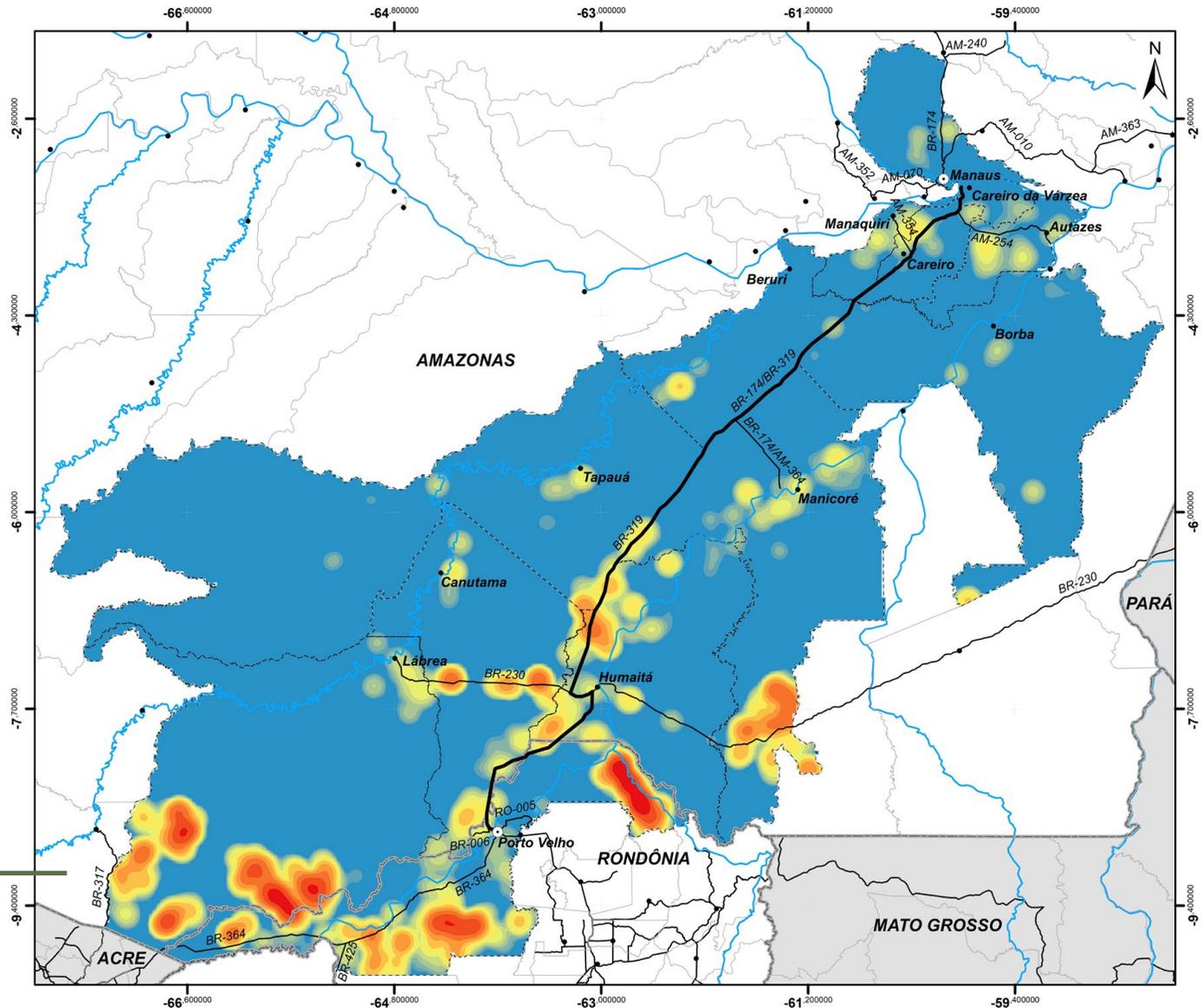


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Período de abril 2019 a maio 2020





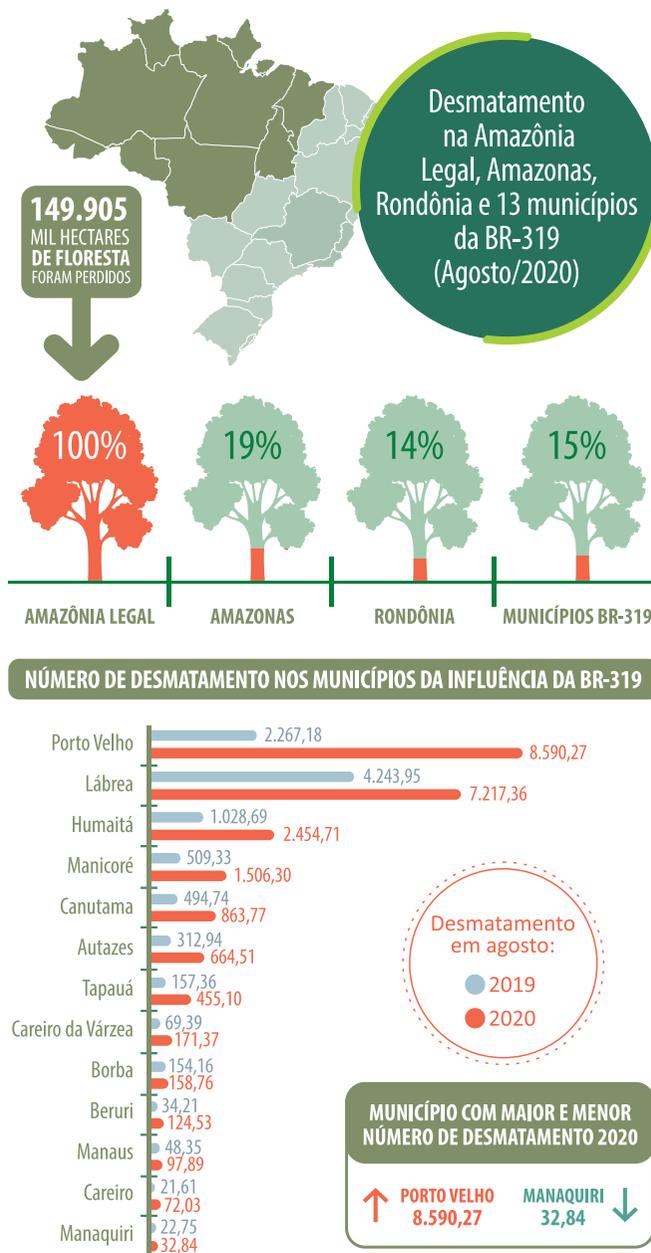
Monitoramento de Desmatamento

Em agosto de 2020, a Amazônia Legal bateu o recorde de desmatamento da **série histórica analisada nesse informativo (janeiro de 2010 a agosto de 2020)**, apresentando 149.905 hectares desmatados. O estado do Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram o segundo maior valor de desmatamento desse período, e todos eles apresentaram os maiores valores para o mês de agosto, entre 2010 e 2020.

PORTO VELHO E LÁBREA LIDERARAM O RANKING DE DESMATAMENTO DOS MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Porto Velho e Lábrea lideraram o desmatamento no mês de agosto de 2020, entre os 13 municípios da BR-319 (8.590 e 7.217 hectares, respectivamente). Ainda mais grave, esses municípios foram os líderes do *ranking* de desmatamento entre todos os municípios da Amazônia Legal, conforme [boletim do Imazon](#).

Dos 13 municípios monitorados, 12 bateram recorde de desmatamento em agosto de 2020, considerando os meses de agosto de 2010 a 2020 (em Careiro da Várzea, o maior desmatamento em agosto



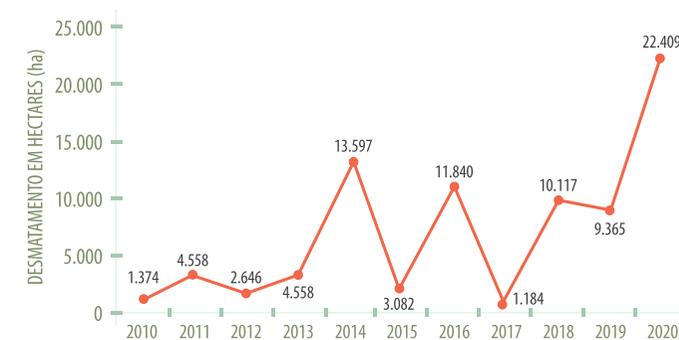
aconteceu em 2010). Todos os municípios apresentaram aumento de desmatamento em relação a agosto de 2019.

DESMATAMENTO ATINGE METADE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MONITORADAS, EM AGOSTO DE 2020

Das 42 unidades de conservação (UCs) analisadas, 21 (ou 50%) apresentaram desmatamento em agosto de 2020. Essa é a segunda maior incidência da série histórica, ficando atrás apenas de julho de 2020, mês em que 23 UCs apresentaram desmatamento. A Reserva Extrativista Jaci-Paraná liderou o *ranking* de desmatamento em agosto de 2020 (1.791 ha). Essa UC aparece como a 4ª mais desmatada de toda Amazônia Legal neste mês, no boletim do Imazon.

Entre as 10 UCs que apresentaram os maiores valores de desmatamento em agosto de 2020, duas pertencem à categoria de proteção integral: Parque Nacional dos Campos Amazônicos e Parque Nacional Mapinguari (87,34 e 30 hectares, respectivamente).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2020)





JULHO E AGOSTO DE 2020 FORAM OS MESES COM O MAIOR NÚMERO DE TIs COM DESMATAMENTO, EM 11 ANOS

Das 69 Terras Indígenas (TIs) monitoradas, 26 (38%) apresentaram desmatamento em agosto de 2020, o mesmo número do mês anterior. Sendo assim, julho e agosto representam as maiores incidências da série histórica.

A TI Karipuna foi a que mais desmatou em agosto de 2020 (131 ha). Duas TIs que apresentaram desmatamento pela primeira vez em julho de 2020, também aparecem no ranking em agosto: TI Paumari do Lago Manissuã (2,38 ha) e TI Alto Sepatini (1,56 ha). Já a TI Ipixuna, apresentou desmatamento pela primeira vez agora, em agosto de 2020 (1,94 ha), considerando a série histórica.

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs)
38%
APRESENTARAM DESMATAMENTO

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)
50%
APRESENTARAM DESMATAMENTO



LISTA DE TIs MONITORADAS

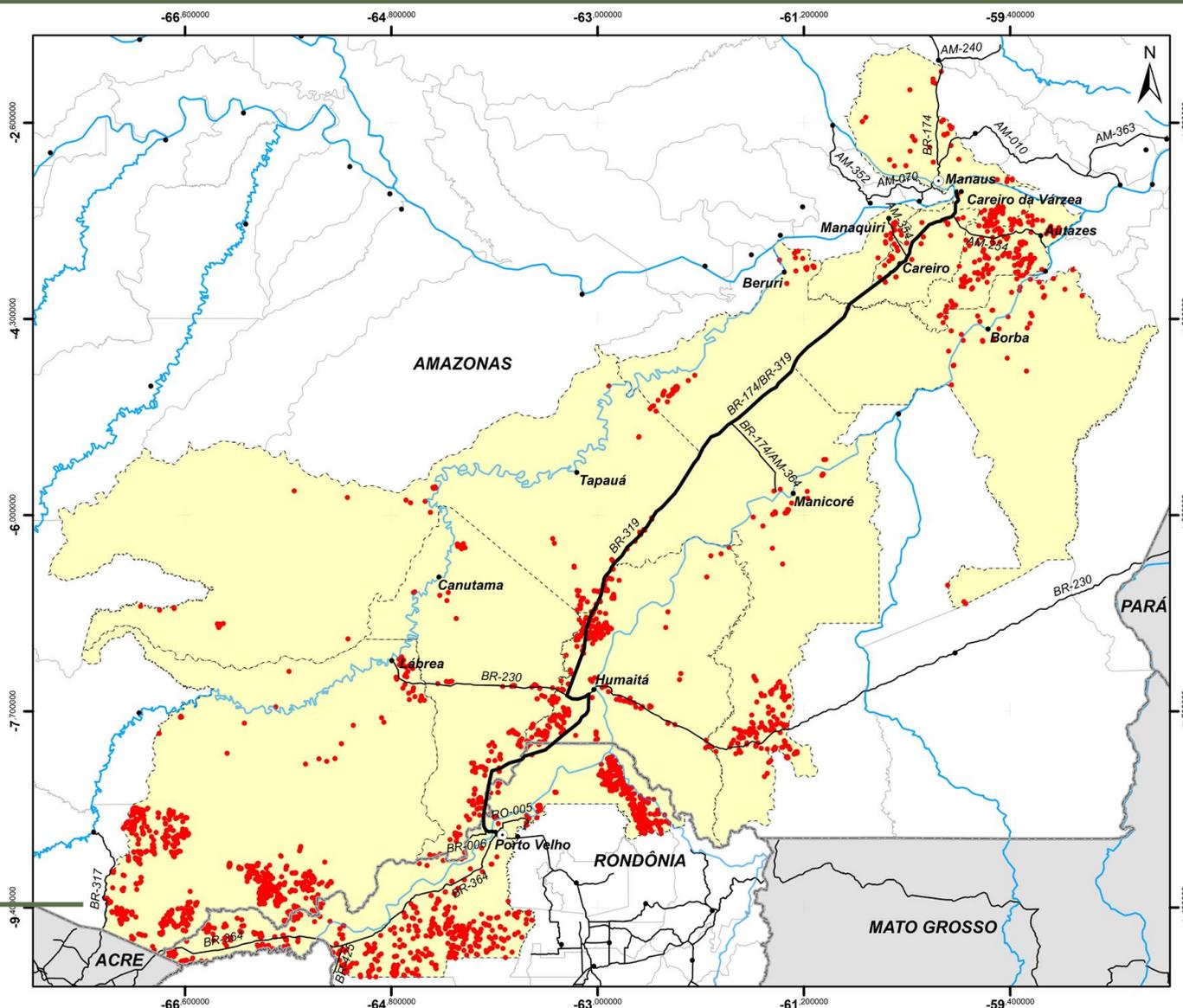


LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://amazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Período de abril 2019 a maio 2020

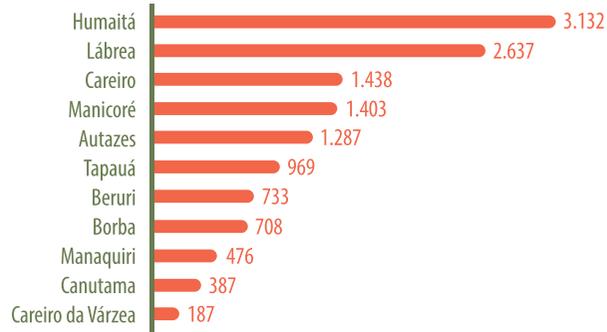


Monitoramento da Covid-19

No interior, Humaitá e Lábrea seguem com o maior número de casos acumulados (ambos com mais de 2500 casos), seguidos de Careiro, Manicoré e Autazes. Nas capitais, Porto Velho se aproxima dos 30 mil casos, enquanto Manaus já passou dos 45 mil casos de infecção por Covid-19.

Em Manaus, a queda do número de casos (média móvel) desacelerou e houve aumento do número de internações por Covid-19, o que o governo acredita ser resultado de aglomerações. ([matéria completa no Portal G1](#)).

MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19

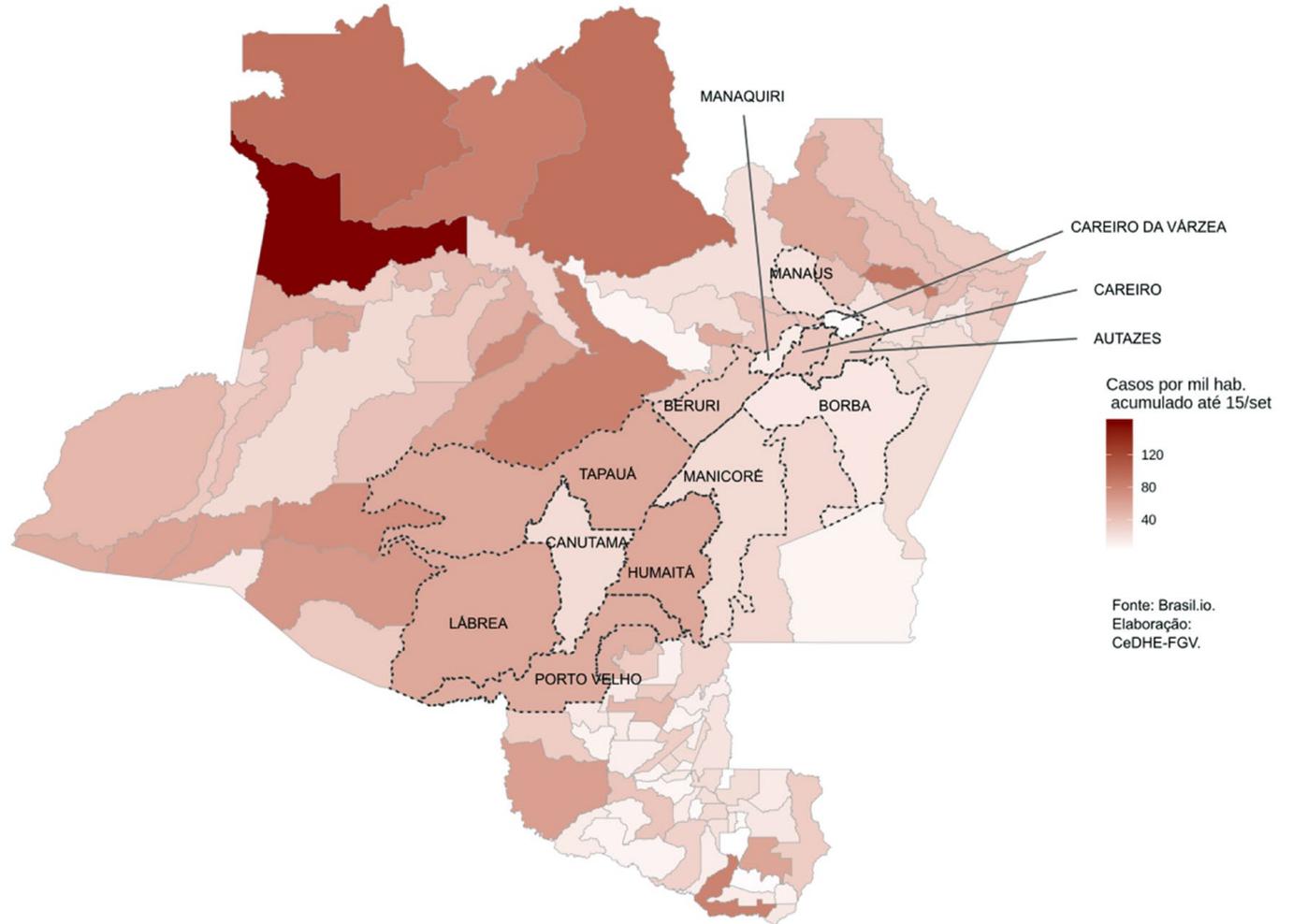


CAPITAIS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

Mapa das áreas com casos de Covid-19 nos 13 municípios da influência da BR-319 até 15 de setembro/2020.



Entre os municípios sob influência da BR-319, Tapauá, Lábrea, Humaitá e Porto Velho lideram com as maiores taxas, com cerca de 54 a 60 casos acumulados por mil habitantes desde o começo da pandemia de Coronavírus (dados até 15 de setembro).



Lábrea, Humaitá, Careiro e Manicoré foram os municípios do interior com o maior número de novos casos entre 15 de agosto e 15 de setembro, nesta ordem (veja na tabela abaixo). No entanto, foi Careiro da Várzea que teve o maior aumento percentual do número de novos casos, com quase 30% a mais em 15 de setembro em relação ao acumulado até o dia 15 de agosto.

MORTES

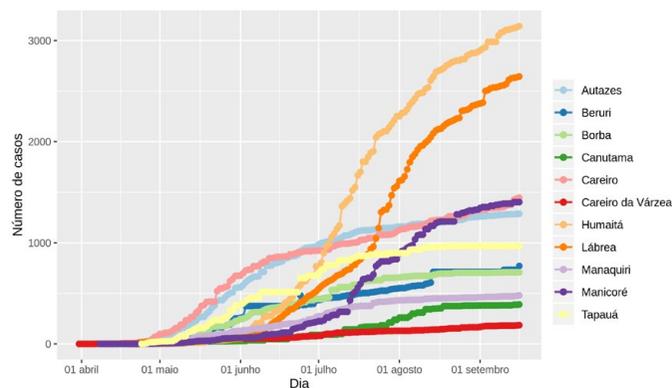
Esses mesmos municípios se destacam no número de novas mortes por Covid-19 no último mês: houve 9 mortes em Lábrea; 7 mortes em Humaitá, Manicoré e Manaquiri e 2 mortes em Beruri. As 7 mortes em Manaquiri representaram um aumento de 58% em relação às 19 mortes registradas até então, o maior percentual de novas mortes neste período de um mês em relação ao acumulado total. Nas capitais, houve 311 mortes em Manaus e 73 em Porto Velho.

MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA COM O MAIOR NÚMERO DE NOVOS CASOS - DE 15 DE AGOSTO A 15 DE SETEMBRO DE 2020

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CASOS NOVOS
Manaus	6.865
Por Velho	3.570
Lábrea	526
Humaitá	443
Careiro	214
Manicoré	208

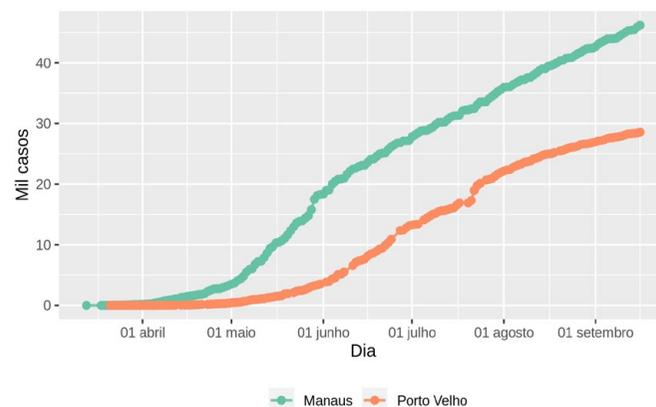
Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

CRESCIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

CRESCIMENTO NAS CAPITAIS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

Pontos de atenção no interior:
Lábrea, Humaitá, Careiro, Manicoré, Careiro da Várzea, Manaquiri.



NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- » Plataforma oficial do Governo Federal
- » Painel Conass Covid-19



NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- » InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- » Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- » Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- » ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas



NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- » Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- » Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- » ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a COVID-19



Fórum BR-319

Nota Técnica da FGV apresenta parâmetros para garantir direitos de povos indígenas e populações tradicionais em obras de infraestrutura na Amazônia

Igarapés assoreados; invasões de áreas protegidas; extração ilegal de produtos florestais; pesca predatória; contaminação dos rios; pesquisas clandestinas; castanheiras derrubadas e utilizadas como pontes; aumento de queimadas e desmatamentos representam alguns dos problemas enfrentados pela população residente na área de influência da BR-319. Impactos negativos são inerentes a grandes empreendimentos de infraestrutura, mas eles podem ser diminuídos quando há respeito aos direitos socioambientais em todas as fases do projeto da obra.

Para contribuir na orientação de diferentes atores envolvidos no planejamento, instalação e operação de projetos de infraestrutura na região amazônica, a Clínica de Desenvolvimento Sustentável, da Escola de Direito de São Paulo, da FGV, publicou, em setembro de 2020, a *Nota Técnica* 'Parâmetros para a Consulta e para o Respeito dos Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais Atingidas por Empreendimentos de Infraestrutura'.

"Pesquisas mostram que empreendimentos de infraestrutura na Amazônia vêm acontecendo com uma série de abusos aos direitos socioambientais. Isso acontece, principalmente, por estudos de impactos incompletos e pela ausência de participação das comunidades, sobretudo das tradicionais e indígenas, em todas as fases desses empreendi-



Participação popular desde o início do projeto da obra tende a diminuir impactos socioambientais.

Foto: Arquivo / Idesam

mentos", explicou Flávia Scabin, coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Direitos Humanos e Empresas, da FGV Direito SP (CeDHE).

O documento aborda três questões principais: o atual cenário da consulta pública no Brasil; parâmetros para a consulta pública prévia, livre e informada, com o objetivo de difundir boas práticas; e a obrigação do Estado de proteger e das empresas de respeitarem os direitos das comunidades afetadas.

Durante o *seminário online* realizado no dia 8 de setembro sobre o caso da BR-319 e apresentação da Nota Técnica, foi debatida com lideranças indígenas, Ministério Público e governo federal a importância da *Convenção*

169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela estabelece a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) como base para o estabelecimento de diálogos de boa fé entre povos indígenas e tradicionais e os Estados Nacionais sobre todos os assuntos que interessam aos povos.

O Ministério Público Federal defende que consultas prévias, livres e informadas aconteçam desde o início de qualquer grande obra de infraestrutura. O procurador Fernando Soave, do Amazonas, alertou que, "quanto mais avançam as fases de um licenciamento ambiental, mais difícil fica para que haja uma consulta à população local, garantindo a representatividade desses povos".

Já a Secretária de Licenciamento Ambiental e Desapropriação do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia, Rose Hofmann, garantiu que a fase de conversas mais efetivas com a população da área de influência da BR-319 é agora, porque contam com os documentos necessários para que os debates sejam subsidiados com informações do Estudo de Impacto Ambiental e do Estudo do Componente Indígena. "Quem conhece a região é quem vive lá e queremos aprender com vocês para fazer dessa rodovia um exemplo, para que todos se orgulhem e a gente não repita erros passados", afirmou a secretária.

"Até agora, nós não recebemos essa consulta prévia. Não adianta uma ou duas lideranças falarem. Nós queremos que a população seja ouvida", frisou o líder indígena Francisco Emerson Parente Mura, de Manicoré.

Esse foi um dos assuntos surgidos em setembro no grupo de WhatsApp do Fórum Permanente da BR-319, canal utilizado pelos integrantes, enquanto as reuniões presenciais estão suspensas.



LEIA MAIS

➤ [Consulta Pública Virtual. Longe de ser Consulta](#)

Ciência



Aedes aegypti, um dos insetos vetores encontrados na BR-319.



Insetos vetores como indicadores ambientais

Por Genimar R. Julião¹, Felipe A. C. Pessoa², Claudia M. Ríos-Velásquez², Shênia P. C. Novo³, Sylvain J. M. Desmoulière² & Sérgio L. B. Luz²

Os insetos vetores mais conhecidos são o *Aedes aegypti*, transmissor do vírus da Dengue; os barbeiros, que transmitem os tripanossomatídeos, causadores da doença de Chagas; e os flebotomíneos, que podem transmitir o protozoário das leishmanioses. No entanto, esses insetos têm outros papéis nos ecossistemas e podem ser usados também para caracterizar as condições ambientais de um local. Nosso estudo encontrou uma grande diversidade de flebotomíneos ao longo da BR-319, principalmente nas áreas de floresta.

Durante o ano de 2011, fizemos um monitoramento dos insetos que podem veicular doenças endêmicas (doenças que ocorrem numa determinada região geográfica) nas áreas de influência direta

da BR-319. Nós coletamos mais de 8.000 insetos e, desses, 1.189 eram flebotomíneos, classificados em 48 espécies, o que representa uma alta diversidade, padrão para a região amazônica. Esses insetos também são conhecidos como catuquiras e podem transmitir os protozoários causadores da leishmaniose, conhecida em nossa região como doença da “ferida brava”. Para a captura, usamos armadilhas luminosas em nove localidades ao longo da BR-319, sendo que cinco pontos eram no segmento mais ao norte e outros quatro pontos, na porção ao sul da rodovia. A grande maioria dos indivíduos e espécies foi coletada nas bordas de florestas, mas também havia flebotomíneos dentro dos domicílios e nas suas proximidades.

A espécie de flebotomíneo predominante foi *Trichophoromyia ubiquitalis* (Mangabeira, 1942) e o seu nome é um bom exemplo da criatividade e senso de humor dos entomólogos (pesquisadores que estudam os insetos). De maneira informal, “tricho” significa pelos; “phoro”, buraco; e “myia” significa mosca. Já “ubiquitalis” tem origem



Genimar R. Julião coletando insetos vetores durante pesquisa em campo.



Armadilhas luminosas foram instaladas em nove pontos ao longo da BR-319.

na palavra ubíquo, e significa onipresente. Assim, temos uma mosca de buraco peludo, presente em todos os lugares. No nosso estudo, encontramos resultados bem interessantes, que foram publicados no *Journal of Medical Entomology*, em janeiro de 2019. Nós esperávamos observar diferenças na quantidade de insetos e de espécies em função das diferentes paisagens nos segmentos norte e sul da BR-319. A porção norte é coberta por uma densa floresta tropical, com áreas de “baixio” e “várzeas”, que são sazonalmente inundadas. Já na porção mais ao sul da BR-319, existe uma vegetação de floresta tropical aberta com palmeiras, que tem sofrido grande pressão de desmatamento. Mesmo com essas diferenças, o número de indivíduos e de espécies foi estatisticamente similar entre os segmentos da rodovia. Mas a composição de espécies, ou seja, quais espécies ocorriam em cada trecho, diferiu bastante, e cerca de 65% das espécies foram exclusivas a cada um dos trechos.

¹Fiocruz Rondônia, ²Fiocruz Amazonas – ILMDD, ³ENSP - Fiocruz.



Calendário

Histórias da BR-319

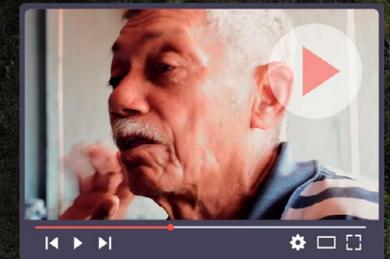
É hora de relaxar e conhecer um pouco das histórias da BR-319 contadas por moradores de diferentes localidades da estrada. Cada vida, uma diferente caminhada. Aproveite!



História de João



História de Dona Maria



História de seu Moisés



Conte sua história

Se você também tem alguma história interessante sobre a região da BR-319 para contar, grave um vídeo de até um minuto e mande para: idesam.br319@gmail.com. Pode ser com o celular, mesmo! Você poderá ser o próximo a conquistar um lugarzinho aqui no calendário da próxima edição.



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (IDESAM)

Edição, Editoração e Textos // Ana Cíntia Guazzelli (IDESAM)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento //

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (IDESAM)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (IDESAM)

Covid-19 // Eliana Lins Morandi (CeDHE-FGV)

Revisão // Ailton Dias (IEB); Ana Cíntia Guazzelli (IDESAM); Clarissa Beretz (IEB);

Fernanda Meirelles (IDESAM); Paula Carolina Paes Guarido (IDESAM)

Coordenação de Divulgação // Samuel Simões Neto

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



idesam

